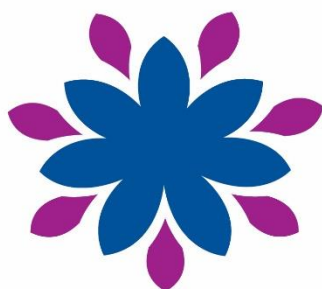


# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021



UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS  
PORTUGUESAS

# Índice

• Balanço em 31 de dezembro de 2021.....	4
• Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2021 .....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021.....	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio em dezembro de 2020.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2021 .....	8

## • Anexo

1	NOTA INTRODUTÓRIA .....	9
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	9
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	9
3.1	BASE DE APRESENTAÇÃO .....	10
a)	Pressuposto da continuidade.....	10
b)	Regime do acréscimo .....	10
c)	Consistência de apresentação.....	10
d)	Classificação dos ativos e passivos não correntes.....	10
e)	Passivos contingentes .....	10
f)	Passivos financeiros .....	10
g)	Eventos subsequentes.....	10
h)	Derrogação das disposições do SNC .....	11
3.2	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	11
3.3	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO .....	12
3.4	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	12
3.5	IMPARIIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS .....	12
3.6	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS .....	13
3.7	INVENTÁRIOS.....	14
3.8	ATIVOS BIOLÓGICOS .....	14
3.9	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	14
a)	Clientes, utentes e outras contas a receber.....	15
b)	Caixa e depósitos bancários .....	15
c)	Fornecedores e outras contas a pagar.....	15
d)	Financiamentos bancários .....	15
e)	Locações.....	15
f)	Ativos financeiros detidos para negociação.....	16
g)	Ativos não correntes detidos para venda .....	16
3.10	PROVISÕES.....	16
3.11	RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO.....	17
3.12	SUBSÍDIOS E DOAÇÕES .....	17
a)	Subsídios .....	17
b)	Doações.....	17
3.13	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO .....	18
3.14	JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS 18	
3.15	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES .....	18
4	FLUXOS DE CAIXA .....	19
5	ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS.....	19

6	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	19
7	ATIVOS INTANGÍVEIS .....	20
8	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS .....	21
9	INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS .....	22
10	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....	23
11	ATIVOS FINANCEIROS .....	23
11.1	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS .....	24
11.2	CLIENTES / UTENTES .....	25
11.3	OUTRAS CONTAS A RECEBER .....	25
12	FUNDADORES / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS .....	25
13	DIFERIMENTOS .....	26
14	FUNDOS PATRIMONIAIS .....	27
15	Provisões .....	28
16	PASSIVOS FINANCEIROS .....	28
17	FINANCIAMENTOS OBTIDOS .....	29
18	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	31
19	RÉDITO .....	31
20	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO .....	32
21	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	33
22	GASTOS COM O PESSOAL .....	34
23	(GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO .....	34
24	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS .....	34
25	OUTROS GASTOS E PERDAS .....	35
26	JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES .....	35
27	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO .....	36

## 1. BALANÇO

(Valores expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dez. 2021	31 dez. 2020
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	18.814.082,34	19.423.345,46
Ativos intangíveis	7	228.581,96	262.882,91
Ativos biológicos	9	26.720,00	30.188,60
Investimentos financeiros	11	144.500,00	144.500,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	36.814,24	81.670,68
Outros Ativos financeiros	11	81.181,23	82.980,80
<b>Total dos Ativos Não Correntes</b>		<b>19.331.879,77</b>	<b>20.025.568,45</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	539.893,35	402.953,07
Clientes	11	730.200,36	952.642,37
Adiantamentos a fornecedores	11	131,20	285,20
Estado e outros Entes Públicos	18	492.874,39	468.669,76
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membr	12	681.048,60	548.318,29
Outras contas a receber	11	1.786.522,98	2.491.558,80
Diferimentos	13	67.665,71	86.381,26
Outros Ativos financeiros	11	18.872,98	18.786,77
Caixa e depósitos bancários	4	4.168.492,16	2.310.002,84
<b>Total dos Ativos Correntes</b>		<b>8.485.701,73</b>	<b>7.279.598,36</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>27.817.581,50</b>	<b>27.305.166,81</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		2.389.029,81	2.389.029,81
Reservas		2.489.516,91	2.489.516,91
Resultados transitados	14	(394.518,41)	(265.921,05)
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	10.288.292,82	9.397.324,92
Resultado Líquido do período		102.694,58	(194.957,44)
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>14.875.015,71</b>	<b>13.814.993,15</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas	15	93.011,75	93.011,75
Financiamentos obtidos	17	2.820.459,68	2.299.442,35
Outras contas a pagar		-	-
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>2.913.471,43</b>	<b>2.392.454,10</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores c/c	16	774.981,43	985.402,03
Estado e outros entes públicos	18	274.923,97	321.877,29
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membr	12	-	10.574,73
Financiamentos obtidos	17	2.340.223,90	2.305.505,31
Outras contas a pagar	16	5.213.162,83	5.448.479,62
Diferimentos	13	1.425.802,23	2.025.880,58
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>10.029.094,36</b>	<b>11.097.719,56</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>12.942.565,79</b>	<b>13.490.173,66</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>27.817.581,50</b>	<b>27.305.166,81</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

## 2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	19	5.779.276,54	7.165.170,65
Subsídios, doações e legados à exploração	20	7.280.828,75	7.436.089,46
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias Consumidas	9	(631.327,37)	(621.043,48)
Fornecimentos e Serviços Externos	21	(4.090.957,77)	(5.290.991,95)
Gastos com o Pessoal	22	(8.325.862,88)	(8.796.342,07)
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor	9, 11	(3.382,39)	(5.744,03)
Outros rendimentos e ganhos	24	1.363.640,54	959.279,44
Outros gastos e perdas	25	(204.254,23)	(43.839,67)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.167.961,19</b>	<b>802.578,35</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(909.454,32)	(855.673,69)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>258.506,87</b>	<b>(53.095,34)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	50,61	47,82
Juros e gastos similares suportados	26	(155.862,90)	(141.909,92)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>102.694,58</b>	<b>(194.957,44)</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>102.694,58</b>	<b>(194.957,44)</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

### 3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em euros

	Notas	2021	2020
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		6.040.957,83	7.255.834,76
Pagamentos a fornecedores		(5.039.167,55)	(6.100.822,71)
Pagamentos ao pessoal		(8.273.492,70)	(8.891.866,70)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(7.271.702,42)</b>	<b>(7.736.854,65)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		7.530.537,75	8.202.213,42
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>		<b>258.835,33</b>	<b>465.358,77</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(286.486,32)	(28.557,32)
Ativos intangíveis		(85.713,92)	(257.141,75)
Investimentos financeiros		-	(41.593,15)
Outros Ativos		(3.468,60)	(5.356,30)
		<b>(375.668,84)</b>	<b>(332.648,52)</b>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		256.359,16	82.939,63
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		45.852,06	-
Outros Ativos		28.335,87	8.147,27
Subsídios ao investimento		162.068,11	257.141,75
Juros e rendimentos similares		50,61	47,82
Dividendos			
		<b>492.665,81</b>	<b>348.276,47</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>		<b>116.996,97</b>	<b>15.627,95</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		558.024,17	722.710,11
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações		1.082.000,00	
Outras operações de financiamento			
		<b>1.640.024,17</b>	<b>722.710,11</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(157.367,15)	(126.818,92)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		<b>(157.367,15)</b>	<b>(126.818,92)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)</b>		<b>1.482.657,02</b>	<b>595.891,19</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.858.489,32	1.076.877,91
Efeito das diferenças de câmbio			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>2.310.002,84</b>	<b>1.233.124,93</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>4.168.492,16</b>	<b>2.310.002,84</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

#### 4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2020

Valores expressos em euros

			Fundos Atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								
			Fundos	Reservas	(...)	Resultados transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedente de Revalorização	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2020	1	Notas	2.389.029,81	2.489.516,91	-	48.087,79	9.347.617,68	-	-	(155.401,37)	14.118.850,82
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos em ativos financeiros			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais			-	-	-	(314.008,84)	49.707,24	-	-	155.401,37	(108.900,23)
	2	14	-	-	-	(314.008,84)	49.707,24	-	-	155.401,37	(108.900,23)
Resultado Líquido do Período	3									(194.957,44)	(194.957,44)
Resultado Extensivo	4 = 2 + 3									(39.556,07)	(303.857,67)
Operações com instituidores no período											
Fundos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		14 e 24	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		14	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2020	1 = 1 + 2 + 3 + 5		2.389.029,81	2.489.516,91	-	(265.921,05)	9.397.324,92	-	-	(194.957,44)	13.814.993,15

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

#### 4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2021

Valores expressos em euros

			Fundos Atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								
			Fundos	Reservas	(...)	Resultados transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedente de Revalorização	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>Posição no Início do Período 2021</b>	1	Notas	2.389.029,81	2.489.516,91	-	(265.921,05)	9.397.324,92	-	-	(194.957,44)	<b>13.814.993,15</b>
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos em ativos financeiros			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais			-	-	-	(128.597,36)	890.967,90	-	-	194.957,44	<b>957.327,98</b>
	2	14 e 24	-	-	-	(128.597,36)	890.967,90	-	-	194.957,44	957.327,98
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3									102.694,58	102.694,58
<b>Resultado Extensivo</b>	4 = 2 + 3									297.652,02	1.060.022,56
Operações com instituidores no período											
Fundos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no Fim do Período 2021</b>	i = 1 + 2 + 3 + 5		<b>2.389.029,81</b>	<b>2.489.516,91</b>	-	<b>(394.518,41)</b>	<b>10.288.292,82</b>	-	-	<b>102.694,58</b>	<b>14.875.015,71</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

## Anexo às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Montantes expressos em Euros)

### 1 NOTA INTRODUTÓRIA

A União das Misericórdias Portuguesas tem a sua sede na Rua de Entrecampos, nº 9, Lisboa, é uma Associação formada por todas as irmandades da Misericórdia, aprovada canonicamente, que tem por fim orientar, coordenar, dinamizar e representar estas instituições, defendendo os seus interesses, organizando serviços de interesse comum e fomentando entre elas os princípios que formam a base cristã da sua origem. A União das Misericórdias Portuguesas exerce a sua atividade no plano nacional.

Para além do apoio direto às Misericórdias, a UMP gere alguns equipamentos sociais, com especial destaque para a área da deficiência Profunda. O Centro João Paulo II, em Fátima, o Centro Santo Estêvão, em Viseu, e o Centro Luís da Silva, em Borba, foram construídos para acolher e apoiar pessoas portadoras de deficiência profunda. No que respeita à terceira idade, a UMP é responsável pelo Lar Dr. Virgílio Lopes e também pela Academia de Cultura e Cooperação, ambos em Lisboa. Na área da saúde, a UMP conta com a Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI (dedicada especialmente às demências), em Fátima.

### 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo - NCRF-ESNL, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, revisto pelo Decreto n.º 98/2015, de 2 de junho e no Aviso n.º 218/2015 de 27 de julho, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2021.

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da UMP são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1 BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da UMP, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) Regime do acréscimo

A UMP regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

c) Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição, incluindo os impostos não dedutíveis, e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade;

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos decorrentes de obras de adaptação em edifícios arrendados são reconhecidos como um gasto do período em função do período de arrendamento previsto nos respetivos contratos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes, a partir da data em que se encontrarem disponíveis para uso.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	1-4

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

### 3.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do Fundo Patrimonial. Estes ativos não se destinam à produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, enquanto as propriedades de investimento recebidas por doação são registadas ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada, ou de acordo com o valor patrimonial tributário, na ausência de outra determinação de justo valor.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

### 3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a UMP, sejam controláveis pela UMP e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

### 3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimado a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de

caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a UMP tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da UMP nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao

Interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

### 3.7 INVENTÁRIOS

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de consumo deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder ao seu consumo. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda de imparidade.

O método de custeio dos inventários adotado pela UMP consiste no custo médio.

### 3.8 ATIVOS BIOLÓGICOS

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na atividade agrícola e os produtos agrícolas no ponto da colheita. Para adequação aos instrumentos legais do SNC, os ativos biológicos são tratados em dois grandes grupos: ativos biológicos de produção e ativos biológicos consumíveis.

#### Ativos Biológicos de Produção

Os ativos biológicos de produção que sejam animais, quando assim reconhecidos, são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

#### Ativos Biológicos consumíveis

Os ativos biológicos consumíveis são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Tal mensuração é o custo nessa data para efeitos de registo em inventários para aplicação, a partir desse momento.

### 3.9 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a. ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b. ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

a) **Cientes, utentes e outras contas a receber**

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

b) **Caixa e depósitos bancários**

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) **Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

d) **Financiamentos bancários**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a UMP tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

e) **Locações**

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

**f) Ativos financeiros detidos para negociação**

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

**g) Ativos não correntes detidos para venda**

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

## 3.10 PROVISÕES

A UMP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e

montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.11 RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da catividade normal da UMP. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A UMP reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A UMP baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a UMP e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.12 SUBSÍDIOS E DOAÇÕES

#### a) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a UMP cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

#### b) Doações

Os ativos recebidos por herança ou doação são registados no ativo, ao justo valor, de acordo com o preconizado na Portaria nº 218/2015, de 23 de julho, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade, as doações que estejam associadas a ativos depreciables / amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos", à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

### 3.13 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com o Despacho nº 484/2003, de 27 de setembro de 2003, publicado no Diário da República, nº 279, de 3 de dezembro de 2013 a Direção Geral das Contribuições e Impostos, Isenta a União das Misericórdias Portuguesas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

### 3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas significativas mais comuns são:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- d) Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis e intangíveis;

### 3.15 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (ou seja acontecimentos ocorridos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31.12.2021 e 31.12.2020 detalha-se conforme se segue:

	31-12-2021	31-12-2020
Numerário	14.202,20	13.845,26
Depósitos bancários	4.154.289,96	2.296.157,58
	<b>4.168.492,16</b>	<b>2.310.002,84</b>

## 5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício de 2021 não se verificou alterações nas políticas contabilísticas e correções de erros.

## 6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

2021							
Ativos	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Saldo inicial</b>	1.908.320,89	24.044.669,59	4.519.211,84	1.107.021,93	2.127.793,98	376.079,14	<b>34.083.097,37</b>
Aquisições		-	10.166,22	69.980,02	82.717,66	30.913,37	193.777,27
Alienações		(24.652,29)					(24.652,29)
Transferências							-
Abates							-
Outras variações					(782,00)		(782,00)
<b>Saldo Final</b>	1.908.320,89	24.020.017,30	4.529.378,06	1.177.001,95	2.209.729,64	406.992,51	<b>34.251.440,35</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>							
<b>Saldo inicial</b>		7.388.073,98	4.192.726,55	1.060.601,63	2.018.349,75		<b>14.659.751,91</b>
Amortizações do exercício		544.685,71	130.002,09	54.465,30	60.336,35		789.489,45
Alienações		(11.883,35)					(11.883,35)
Transferências							-
Abates							-
Outras variações			-				-
<b>Saldo Final</b>		7.920.876,34	4.322.728,64	1.115.066,93	2.078.686,10	-	<b>15.437.358,01</b>
<b>Total dos ativos fixos tangíveis</b>	<b>1.908.320,89</b>	<b>16.099.140,96</b>	<b>206.649,42</b>	<b>61.935,02</b>	<b>131.043,54</b>	<b>406.992,51</b>	<b>18.814.082,34</b>

2020							
Ativos	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Saldo inicial</b>	1.908.320,89	24.050.129,00	4.563.025,28	1.130.661,93	2.386.374,93	370.394,84	<b>34.408.906,87</b>
Aquisições		2.022,56	23.192,04		18.001,33	5.684,30	48.900,23
Alienações		(7.481,97)					(7.481,97)
Transferências		-	-				-
Abates			(67.005,48)	(23.640,00)	(276.582,28)		(367.227,76)
Regularizações		-					-
Outras variações		-	-		-		-
<b>Saldo Final</b>	1.908.320,89	24.044.669,59	4.519.211,84	1.107.021,93	2.127.793,98	376.079,14	<b>34.083.097,37</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>							
<b>Saldo inicial</b>		6.850.145,66	4.058.990,66	1.032.944,36	2.240.302,00		<b>14.182.382,68</b>
Amortizações do exercício		541.220,40	195.867,49	51.297,27	53.325,81		841.710,97
Alienações		(3.142,44)					(3.142,44)
Transferências			(562,06)		562,06		-
Abates			(61.569,54)	(23.640,00)	(275.840,12)		(361.049,66)
Regularizações		(149,64)					(149,64)
<b>Saldo Final</b>		7.388.073,98	4.192.726,55	1.060.601,63	2.018.349,75		<b>14.659.751,91</b>
<b>Total dos ativos fixos tangíveis</b>	<b>1.908.320,89</b>	<b>16.656.595,61</b>	<b>326.485,29</b>	<b>46.420,30</b>	<b>109.444,23</b>	<b>376.079,14</b>	<b>19.423.345,46</b>

## 7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

2021					
Ativos	Programas Computador	Projeto Eficiência Energética	Propriedade Industrial	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	188.694,42	75.030,00	-	257.141,75	<b>520.866,17</b>
Aquisições	85.713,92				<b>85.713,92</b>
Abates					-
Transferências	257.141,75			(257.141,75)	-
Regularizações					-
<b>Saldo Final</b>	531.550,09	75.030,00	-		<b>606.580,09</b>
<b>Amortizações Acumuladas</b>					
Saldo inicial	182.953,26	75.030,00			<b>257.983,26</b>
Amortizações do exercício	120.014,87	-			<b>120.014,87</b>
Abates					-
Transferências					-
Regularizações					-
<b>Saldo Final</b>	302.968,13	75.030,00	-		<b>377.998,13</b>
<b>Total dos ativos fixos intangíveis</b>	<b>228.581,96</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>228.581,96</b>

2020					
Ativos	Programas Computador	Projeto Eficiência Energética	Propriedade Industrial	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	191.583,00	75.030,00			266.613,00
Aquisições				257.141,75	257.141,75
Abates	(2.888,58)				(2.888,58)
Transferências					-
Regularizações					-
<b>Saldo Final</b>	188.694,42	75.030,00	-	257.141,75	520.866,17
<b>Amortizações Acumuladas</b>					
Saldo inicial	171.879,12	75.030,00			246.909,12
Amortizações do exercício	13.962,72				13.962,72
Abates	(2.888,58)				(2.888,58)
Transferências					-
Regularizações					-
<b>Saldo Final</b>	182.953,26	75.030,00	-	-	257.983,26
<b>Total dos ativos fixos intangíveis</b>	<b>5.741,16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>257.141,75</b>	<b>262.882,91</b>

## 8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O saldo do investimento em empresa subsidiária, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, apresentavam-se como segue:

2021											
Associada	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido (2020)	Resultado Líquido (2021)	% detida	Proporção no Resultado	Montante registado	Dissolução Liquidação	Saldo a 31-12-2021
SECURICÓRDIA - Consultoria e Seguros, Lda.	Lisboa	185.294,91	38.038,00	147.256,91	40.699,62	-	0,25	10.174,91	3.617,96		36.814,24
IN Posterum ACE	Lisboa	87.918,88	-	89.712,98	-	(1.794,00)	0,50	(897,00)	(897,00)	43.959,44	-
											36.814,24

2020											
Associada	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido (2019)	Resultado Líquido (2020)	% detida	Proporção no Resultado	Montante registado		Saldo a 31-12-2020
SECURICÓRDIA - Consultoria e Seguros, Lda.	Lisboa	185.294,91	38.038,00	147.256,91	23.772,20	40.699,62	0,25	10.174,91	3.617,96		36.814,24
IN Posterum ACE	Lisboa	101.074,00	6.971,00	89.712,98	(5.537,00)	(4.390,12)	0,50	(2.195,06)	(2.195,06)		44.856,44
											81.670,68

A SECURICÓRDIA – Consultoria e Seguros, Lda., tem como atividade principal a mediação de seguros. Os Investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com a NCRF-ESNL. As contas da SECURICÓRDIA, Lda., à data de fecho das contas da União ainda não eram conhecidas as contas de 2021 da Securicórdia, Lda.

O In Posterum ACE, agrupamento complementar foi dissolvido e liquidado em 28 de junho de 2021, pelas agrupadas, União das Misericórdias Portuguesas e Montepio Geral – Associação Mutualista, os valores registados têm como base as contas de dissolução e liquidação de 2021,

## 9 INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os inventários da UMP eram detalhados conforme se segue:

	2021			2020		
	Montante Bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
<b>Mercadorias/Livros Portugaliae Misericordiarum</b>	167.703,53	-	167.703,53	167.879,09	-	167.879,09
<b>Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo</b>	372.189,82	-	372.189,82	235.073,98	-	235.073,98
<b>Total</b>	<b>539.893,35</b>	<b>-</b>	<b>539.893,35</b>	<b>402.953,07</b>	<b>-</b>	<b>402.953,07</b>

## CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS E VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

2021			
	Mercadorias	MP.Subsidiárias Consumo	Total
Saldo inicial	167.879,09	235.073,98	402.953,07
Compras	-	935.971,18	935.971,18
Regularizações	-	-	-
Saldo final	167.703,53	539.893,35	707.596,88
<b>Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas</b>	<b>175,56</b>	<b>631.151,81</b>	<b>631.327,37</b>

2020			
	Mercadorias	MP.Subsidiárias Consumo	Total
Saldo inicial	168.730,78	114.698,01	283.428,79
Compras	-	740.567,76	740.567,76
Regularizações	-	-	-
Saldo final	167.879,09	235.073,98	402.953,07
<b>Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas</b>	<b>851,69</b>	<b>620.191,79</b>	<b>621.043,48</b>

## ATIVOS BIOLÓGICOS

Os Ativos biológicos são detalhados conforme se segue:

#### 2021

	Justo Valor	Custo	Total
<b>ANIMAIS</b>			
Saldo inicial	30.188,60	-	30.188,60
Aquisições	-	-	-
Variação no justo valor	(3.468,60)	-	(3.468,60)
<b>Saldo final</b>	<b>26.720,00</b>	<b>-</b>	<b>26.720,00</b>

#### 2020

	Justo Valor	Custo	Total
<b>ANIMAIS</b>			
Saldo inicial	35.544,90	-	35.544,90
Aquisições	-	-	-
Variação no justo valor	(5.356,30)	-	(5.356,30)
<b>Saldo final</b>	<b>30.188,60</b>	<b>-</b>	<b>30.188,60</b>

## 10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com o Despacho nº 484/2003, de 27 de Setembro de 2003, publicado no Diário da República, nº 279, de 3 de Dezembro de 2013 a Direção Geral das Contribuições e Impostos, Isenta a União das Misericórdias Portuguesas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

## 11 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são descriminados da seguinte forma:

ATIVOS FINANCEIROS	2021	2020
	Montante Líquido	Montante Líquido
<b>Não corrente</b>		
<b>Ativos financeiros ao justo valor</b>		
Outras aplicações financeiras	81.181,23	82.980,80
	81.181,23	82.980,80
<b>Ativos financeiros ao custo</b>		
Investimentos financeiros	144.500,00	144.500,00
	144.500,00	144.500,00
<b>Corrente</b>		
<b>Disponibilidades:</b>		
Caixa e depósitos bancários	4.168.492,16	2.310.002,84
	4.168.492,16	2.310.002,84
<b>Ativos financeiros ao justo valor</b>		
Outras aplicações financeiras	18.872,98	18.786,77
	18.872,98	18.786,77
<b>Ativos financeiros ao custo:</b>		
Clientes	730.200,36	952.642,37
Adiantamentos a Fornecedores	131,20	285,20
Outras contas a receber	1.786.522,98	2.491.558,80
	2.516.854,54	3.444.486,37
	<b>6.929.900,91</b>	<b>6.000.756,78</b>

## 11.1 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica de “Outras aplicações financeiras” refere-se essencialmente, a instrumentos financeiros corrente e não correntes. As valorizações destes instrumentos encontram-se registados na rubrica “Aumentos/ (reduções) de justo valor” na Demonstração dos Resultados. Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

OUTRAS ATIVOS FINANCEIROS - CORRENTES	2021	2020
Ações -Millennium BCP	686,32	600,11
Multigestão Equilibrada CEMG	16.186,66	16.186,66
Títulos de capital Caixa Agrícola	2.000,00	2.000,00
	<b>18.872,98</b>	<b>18.786,77</b>

	2021	2020
<b>Saldo a 1 de janeiro</b>	<b>18.786,77</b>	<b>19.174,50</b>
Aquisições no período	-	-
Alienações no período	-	-
Ações -Millennium BCP	686,32	600,11
Fundos de participação CEMG	2.000,00	2.000,00
Aumento/diminuição no justo valor	86,21	(387,73)
<b>Justo valor a 31 de dezembro</b>	<b>18.872,98</b>	<b>18.786,77</b>

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS - NÃO CORRENTES	2021	2020
Fundos Compensação do trabalho	81.181,23	82.980,80
	<b>81.181,23</b>	<b>82.980,80</b>

## 11.2 CLIENTES / UTENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes\Utentes tinha a seguinte composição:

	2021		2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
Clientes Gerais		286.186,46		449.592,15
<b>Total Clientes gerais</b>		<b>286.186,46</b>		<b>449.592,15</b>
<b>Utentes</b>				
Lar Virgílio Lopes		20.374,34		11.098,85
Centro João Paulo II		244.474,31		295.272,10
Centro Santo Estevão		13.939,22		24.125,63
Escola Superior de Enfermagem		18.033,90		18.489,23
UCCI Bento XVI		50.745,44		85.578,05
Centro Luís Silva		96.446,69		68.486,36
<b>Total Utentes</b>		<b>444.013,90</b>		<b>503.050,22</b>
Perdas por imparidade acumuladas		-		-
<b>Total</b>		<b>730.200,36</b>		<b>952.642,37</b>

## 11.3 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Outras Contas a Receber" tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	442.717,35	466.495,56
Outros devedores	1.343.805,63	2.025.063,24
<b>Total</b>	<b>1.786.522,98</b>	<b>2.491.558,80</b>

## 12 FUNDADORES / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Fundadores / Patrocinadores/Associados", tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Quotas (Ativo)	681.048,60	548.318,29
Quotas (Passivo)	-	10.574,73
<b>Total</b>	<b>681.048,60</b>	<b>537.743,56</b>

## 13 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o saldo da rubrica "Diferimentos", tinha a seguinte composição:

<b>Diferimentos (Ativo)</b>	2021	2020
Seguros	52.439,65	58.437,10
Outros gastos a reconhecer	15.226,06	27.944,16
<b>Total</b>	<b>67.665,71</b>	<b>86.381,26</b>

<b>Diferimentos (Passivo)</b>	2021	2020
Mensalidades e outras receitas	-	720,00
Projeto Capacitação II	-	172.138,18
Projetos Formação Profissionais de Saúde	44.624,95	91.186,45
Donativos incêndios	236.755,33	243.244,33
Projeto Capacitação III	1.044.010,61	1.395.380,71
Projeto SCM Lisboa	66.007,30	86.690,02
Outros ganhos a reconhecer	34.404,04	36.520,89
<b>Total</b>	<b>1.425.802,23</b>	<b>2.025.880,58</b>

Na sequência dos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Sertão, Góis, Pampilhosa da Serra e Penela a UMP recolheu donativos no âmbito da campanha de mobilização para apoio humanitário e social à população afetada pelos incêndios florestais. O montante de 236.755,33 euros, contabilizado como diferimento passivo, diz respeito ao montante de donativos recebidos e que ainda se encontra pendente de execução financeira.

A candidatura à terceira fase do Projeto Capacitação Institucional das organizações da economia social, foi aprovada em setembro de 2020, no montante de 1.418.431,66 euros tendo o projeto iniciado no mesmo mês.

## 14 FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os movimentos ocorridos na rubrica "Resultados Transitados" analisa-se como se segue:

	2021	2020
<b>1 de janeiro</b>	(265.921,05)	48.087,79
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	(194.957,44)	(155.401,37)
Regularizações	66.360,08	(158.607,47)
<b>Total em 31 de dezembro</b>	<b>(394.518,41)</b>	<b>(265.921,05)</b>

## Outras variações nos fundos patrimoniais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos na rubrica " Outras variações nos fundos patrimoniais analisa-se como se segue:

	Subsídios ao investimento	Doações	Lucros não atribuídos	Outras	Total
<b>1 de janeiro 2020</b>	7.116.284,02	1.357.160,56	47.608,33	826.564,77	9.347.617,68
Aumentos	257.141,75				257.141,75
Reconhecimento em proveitos	(213.377,56)		5.943,05		(207.434,51)
Regularizações					-
<b>Total em 31 de dezembro 2020</b>	<b>7.160.048,21</b>	<b>1.357.160,56</b>	<b>53.551,38</b>	<b>826.564,77</b>	<b>9.397.324,92</b>
<b>1 de janeiro 2021</b>	7.160.048,21	1.357.160,56	53.551,38	826.564,77	9.397.324,92
Aumentos	162.068,11	1.082.000,00			1.244.068,11
Reconhecimento em proveitos	(353.100,21)				(353.100,21)
Regularizações					
<b>Total em 31 de dezembro 2021</b>	<b>6.969.016,11</b>	<b>2.439.160,56</b>	<b>53.551,38</b>	<b>826.564,77</b>	<b>10.288.292,82</b>

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. No exercício de 2021 foi reconhecido como proveitos um montante de 353.100,21 euros.

## 15 Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada como se segue:

Provisões	Saldo inicial	Aumentos	2021		Saldo final
			Diminuições	Utilizações	
Processos Judiciais em curso	93.011,75	-	-	-	93.011,75
<b>Total em 31 de dezembro 2021</b>	<b>93.011,75</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>93.011,75</b>

Provisões	Saldo inicial	Aumentos	2020		Saldo final
			Diminuições	Utilizações	
Processos Judiciais em curso	93.011,75	-	-	-	93.011,75
<b>Total em 31 de dezembro 2020</b>	<b>93.011,75</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>93.011,75</b>

Esta provisão foi criada em 2015, e corresponde ao valor dos juros a suportar com garantias bancárias associadas a processos a decorrer contra a Autoridade Tributária.

## 16 PASSIVOS FINANCEIROS

### Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de "Fornecedores e de "Outras contas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Passivos financeiros	2021	2020
<b>Não corrente</b>		
Outras contas a pagar		
<b>Total</b>	-	-
<b>Corrente</b>		
Fornecedores, conta corrente	774.981,43	985.402,03
<b>Outras contas a pagar:</b>		
Férias, Subsídios férias e outros encargos c/pessoal (1)	1.062.520,39	1.090.731,94
Fornecedores de imobilizado (2)	3.099.720,70	3.217.864,04
Outros credores	1.050.921,74	1.139.883,64
	5.213.162,83	5.448.479,62
<b>Total</b>	<b>5.988.144,26</b>	<b>6.433.881,65</b>

- (1) Férias, subsídios de férias e respetivos encargos, relativos ao exercício em análise, cujo vencimento e fluxo financeiro só irá ocorrer no exercício seguinte.
- (2) Na rubrica fornecedores de imobilizado inclui o valor de 3.005.744,24 euros o qual diz respeito às obras de remodelação da Sede da União das Misericórdias Portuguesas, ao fornecedor Edivisa-Empresa de Construções, S.A. – Grupo Visabeira. A dívida tem como suporte um contrato de permuta de terrenos entre a UMP e a Visabeira, o qual ainda não foi executado pela Visabeira.

## 17 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

Intituições Financeiras	Valor do Empréstimo	Valor em Dívida a 31-12-2021		
		Total em dívida	Corrente	Não corrente
CEMG	2.500.000,00	1.019.882,41	294.092,20	725.790,21
CEMG	500.000,00	500.000,00	-	500.000,00
CCAM	2.500.000,00	1.094.921,67	297.295,60	797.626,07
CCAM	920.000,00	920.000,00	920.000,00	-
Santander	750.000,00	750.000,00	-	750.000,00
Novo banco	377.000,00	377.000,00	377.000,00	-
Millennium BCP	400.000,00	400.000,00	400.000,00	-
Locações Financeiras (1)	145.497,89	98.879,50	51.836,10	47.043,40
<b>Total</b>	<b>8.092.497,89</b>	<b>5.160.683,58</b>	<b>2.340.223,90</b>	<b>2.820.459,68</b>

Valor em Dívida a 31-12-2020

Intituições Financeiras	Valor do Empréstimo	Total em dívida	Corrente	Não corrente
CEMG	2.500.000,00	1.073.574,25	347.784,04	725.790,21
CCAM	2.500.000,00	1.094.921,67	297.295,60	797.626,07
CCAM	840.000,00	840.000,00	840.000,00	-
CCAM	786,17	786,17	786,17	-
Santander	750.000,00	750.000,00	-	750.000,00
Novo banco	377.000,00	377.000,00	377.000,00	-
Millennium BCP	400.000,00	400.000,00	400.000,00	-
Millennium BCP	1.502,08	1.502,08	1.502,08	-
Locações Financeiras (2)	154.759,36	67.163,49	41.137,42	26.026,07
<b>Total</b>	<b>7.524.047,61</b>	<b>4.604.947,66</b>	<b>2.305.505,31</b>	<b>2.299.442,35</b>

## Locações Financeiras

O valor das Locações financeiras dizem respeito aos seguintes contratos:

(1)

2021					
I	Data início	Data fim	Viatura	Valor contrato	Valor em dívida
44.000523-9	05-08-2018	05-08-2022	86-VB-35	38.112,77	6.924,02
400123162	07-11-2018	07-11-2022	06-VQ-69	14.396,91	6.697,53
400123153	25-10-2018	25-10-2022	63-VO-09	22.995,90	5.166,45
400123161	15-12-2018	15-12-2022	12-VT-27	20.178,83	5.388,52
400125090	04-04-2019	04-04-2023	14-XI-87	30.731,17	12.487,93
44.000523-9	25-03-2021	25-03-2025	AF-00-QO	34.990,01	27.957,76
44.000554-4	23-12-2021	23-12-2025	AN-52-AI	34.990,01	34.257,29
<b>Total</b>				<b>196.395,60</b>	<b>98.879,50</b>

(2)

2020					
Contrato	Data início	Data fim	Viatura	Valor contrato	Valor em dívida
000506-4	15-07-2017	15-07-2021	32-TC-99	14.171,89	2.102,18
000507-2	15-07-2017	15-07-2021	12-TC-26	14.171,89	2.101,52
44.000523-9	05-08-2018	05-08-2022	86-VB-35	38.112,77	13.606,14
400123162	07-11-2018	07-11-2022	06-VQ-69	14.396,91	13.862,62
400123153	25-10-2018	25-10-2022	63-VO-09	22.995,90	9.001,16
400123161	15-12-2018	15-12-2022	12-VT-27	20.178,83	8.567,95
400125090	04-04-2019	04-04-2023	14-XI-87	30.731,17	17.921,92
<b>Total</b>				<b>154.759,36</b>	<b>67.163,49</b>

## 18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 as rubricas "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	838,51	51.511,70	555,00	80.345,74
Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	465.828,70	23.241,17	461.907,24	25.091,91
Contribuições para a segurança social	-	199.754,51	0,02	211.756,36
Outros Impostos	26.207,18	416,59	6.207,50	4.683,28
<b>Total</b>	<b>492.874,39</b>	<b>274.923,97</b>	<b>468.669,76</b>	<b>321.877,29</b>

Em 31 de dezembro de 2021, o Imposto sobre o Valor Acrescentado apresenta um saldo no Ativo no montante de 492.2874,39 euros dos quais 27.673,17 euros diz respeito à restituição do IVA suportado pela UMP na construção, manutenção e conservação dos seus imóveis, elementos do ativo fixo tangível e aquisições de bens ou serviços de alimentação, ao abrigo do Decreto-Lei nº87/2017, de 21 de julho, e referente à restituição de IVA Suportado na aquisição de bens e serviços de alimentação da área social (n.º 3 da Lei n.º 85-B/2014 de 31 de dezembro. O valor de 27.673,17 euros diz respeito a:

	2021	2020
	Alimentação, Serv.Construção, e Aquisição Imobilizado	Alimentação, Serv.Construção, e Aquisição Imobilizado
Saldo em 1 de janeiro	39.901,60	52.904,17
Pedidos de restituição	36.386,45	53.546,18
Total	<b>76.288,05</b>	<b>106.450,35</b>
Restituições pagas	48.614,88	66.548,75
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>27.673,17</b>	<b>39.901,60</b>

A conta 2437 de iva a recuperar apresenta um total de 25.337,69 euros, referentes os pedidos de restituição efetuados em 2021.

A conta 2439 - Processos Judiciais em Curso, apresenta um valor de 412.817,84 euros, referente ao valor que se encontra em processo contra a Autoridade Tributária.

## 19 RÉDITO

O rédito reconhecido pela UMP nos exercícios de 2021 e 2020 é descrito da seguinte forma:

	2021	2020
<b>Vendas de bens</b>	118.783,43	121.884,37
<b>Prestação de serviços</b>		
Estabele. para Crianças e Jovens Com Deficiências	1.390.115,42	1.404.678,43
Invalidez e Reabilitação	266.538,32	263.451,39
Terceira Idade	509.229,79	499.532,75
Unidade de cuidados continuados	1.752.577,48	1.768.177,35
Ensino Médio e Superior	-	1.260.094,84
Quotizações	882.319,75	851.175,29
Outros	859.712,35	996.176,23
	<b>5.660.493,11</b>	<b>7.043.286,28</b>
<b>Total</b>	<b>5.779.276,54</b>	<b>7.165.170,65</b>

As prestações de serviço referentes a Ensino Médio e Superior diziam respeito à Escola Superior de Enfermagem trespassada à UAL com efeitos em 1 de janeiro de 2021, motivo pelo qual não apresentam valor no exercício.

## 20 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a UMP beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

	2021	2020
<b>Subsídios à Exploração</b>		
Instituto Segurança Social		
Estabele. para Crianças e Jovens Com Deficiências	4.624.783,09	4.381.683,12
Invalidez e Reabilitação	929.247,12	896.958,48
Família e Comunidade	8.517,50	12.692,50
Terceira Idade	207.657,65	188.030,12
Protocolo MTSS-Covid 19	-	1.022.525,25
ISS-Outros	393.871,19	419.317,09
<b>Outros:</b>		
IEFP	208.806,99	157.410,24
DRELL	115.741,29	136.430,63
IFAP	29.863,17	27.328,18
POISE/FSE	400.276,59	191.213,85
Heranças	316.307,97	-
Outros subsídios	45.756,19	2.500,00
<b>Total</b>	<b>7.280.828,75</b>	<b>7.436.089,46</b>

As participações do Instituto de Segurança social, estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela UMP, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços participados.

Em 31 de dezembro de 2021 encontra-se registado na rubrica "Poise/FSE" um montante 3.742,98 euros, relacionado com o subsídio para o Projeto Capacitação Institucional – Fase II, da União das Misericórdias Portuguesas, o qual teve o seu início em 16 de Março de 2018 e terminou a 15 de março de 2021, um montante de 349.972,11 euros, relacionado com o subsídio para o Projeto Capacitação Institucional – Fase III, o qual teve o seu início em 01 de Setembro de 2020, e um montante de 46.561,50 euros relacionado com o Projeto Formação de profissionais do Sector da Saúde, o qual teve início em 2020.

## 21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Subcontratos	-	157.482,50
Trabalhos especializados	1.974.296,96	1.790.137,25
Publicidade e propaganda	3.075,00	4.891,91
Vigilância e segurança	14.158,58	13.698,06
Honorários	402.045,47	601.344,22
Conservação e reparação	205.228,80	215.322,76
Serviços bancários	29.976,81	25.697,00
Outros materiais	63.153,26	51.494,96
Eletricidade	269.315,74	213.673,44
Combustíveis	204.749,18	198.799,64
Água	40.103,85	48.969,01
Deslocações, estadas e transportes	95.853,62	83.159,73
Rendas e alugueres	30.453,18	125.945,62
Comunicação	91.733,51	114.823,52
Seguros	49.782,58	55.208,17
Contencioso e notariado	1.450,14	2.350,18
Despesas de Representação	-	84,70
Limpeza, higiene e conforto	456.815,71	1.462.253,64
Outros serviços	158.765,38	125.655,64
<b>Total</b>	<b>4.090.957,77</b>	<b>5.290.991,95</b>

A redução em Fornecimentos e serviços externos está diretamente relacionado com o trespasse da Escola Superior de Enfermagem e o protocolo celebrado com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no âmbito da medida de apoio ao reforço de emergência, na rubrica Limpeza, higiene e conforto, em 2020 inclui o montante de 1.019.779,25 euros.

## 22 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Remunerações certas	4.880.362,70	5.208.190,78
Remunerações adicionais	1.833.213,11	1.864.236,15
Outras remunerações	119.249,56	112.109,05
Encargos com remunerações	1.321.039,37	1.407.969,43
Seguros trabalho e doenças profissionais	135.538,68	145.730,36
Outros gastos com o pessoal	36.459,46	58.106,30
<b>Total</b>	<b>8.325.862,88</b>	<b>8.796.342,07</b>

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ascendeu a 561 e 573, respetivamente.

## 23 (GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	789.439,45	841.710,97
Ativos fixos intangíveis (Nota 7)	120.014,87	13.962,72
<b>Total</b>	<b>909.454,32</b>	<b>855.673,69</b>

## 24 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	3.567,94	7.304,03
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.311,03	1.176,68
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	291.335,87	95.426,43
Correções relativas a períodos anteriores	1.602,29	37.109,00
Imputação de subsídios para investimentos	353.100,21	213.377,56
Outros	710.723,20	604.885,74
<b>Total</b>	<b>1.363.640,54</b>	<b>959.279,44</b>

## 25 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Impostos	19.889,40	13.583,82
Correções relativas a períodos anteriores	50.949,96	5.978,48
Donativos	90.000,00	7.164,75
Quotizações	772,00	2.507,00
Outros	42.642,87	14.605,62
<b>Total</b>	<b>204.254,23</b>	<b>43.839,67</b>

## 26 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 são detalhados conforme segue:

	2021	2020
Juros suportados		
Financiamentos bancários	95.133,46	78.237,01
Outros gastos de financiamentos	60.729,44	63.672,91
<b>Total</b>	<b>155.862,90</b>	<b>141.909,92</b>

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 são detalhados conforme segue:

	2021	2020
Juros Obtidos	50,61	47,82
Depósitos em instituições de crédito	-	-
<b>Total</b>	<b>50,61</b>	<b>47,82</b>

## 27 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

A Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pandemia no dia 11 de março de 2020, e ainda não tem o seu fim à vista. Conforme referido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 2-A/2022, de 6 de janeiro, a evolução recente da situação epidemiológica causada pelo vírus SARS-CoV-2 e pela doença Covid-19 tem originado uma realidade em que apesar de se verificar o agravamento dos indicadores de incidência e transmissibilidade do vírus, de certa forma a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem sido garantida, devido sobretudo à elevada taxa de vacinação e ao cumprimento das medidas de prevenção em vigor desde 1 de dezembro de 2021. Mas apesar disso, a incerteza a respeito da evolução da pandemia exige cautela e prudência na adoção de medidas que procurem combater o agravamento da situação epidemiológica.

Para além da pandemia a invasão da Rússia à Ucrânia está a criar instabilidade nos mercados uma crise humanitária e são os mais vulneráveis que sofrem as piores consequências, neste sentido o trabalho da União das Misericórdias Portuguesas não pode parar e os seus colaboradores estão e estarão sempre disponíveis, para responder, ajudar e acompanhar as solicitações, necessidades e prioridades das Misericórdias.